

ORÇAMENTO É COISA
DE 'MUIHER! NÃO FARÃO
POLÍTICA SEM NÓS



MANDATA QUILOMBO

DEPUTADA MÔNICA FRANCISCO



(21) 99574-8490



@monicasfrancisco



@monicafranciscopsol



@MonicaFPsol



monicafrancisco.com.br

Coordenação editorial:

Camila Marins (MTB 47.474/SP)

Equipe de Gênero:

Camila Marins, Dani Nunes, Princila Melo, Lilliane Carvalho, Mariane Marçal e Renata Aquino

Colaboração:

Fernanda Moura

Assessoria da Comissão do Trabalho:

Emmanuel Tsallis

Coordenação de Comunicação:

Naymare Azevedo

Diagramação:

Junior Lima

mandatamonicafrancisco@gmail.com

ORÇAMENTO É COISA DE MULHER! NÃO FARÃO POLÍTICA SEM NÓS



**Por Mônica Francisco*

Quando chega o final do mês, nós, mulheres, já estamos com o dinheiro contado para a compra de mercado, farmácia e outras despesas da casa. Muitas vezes, não sobra para o gás, por exemplo. Na pandemia, essa situação se agravou, porque muitas mulheres perderam postos de trabalho e renda. Especialmente as negras, que sofreram um processo de demissão em massa, chegando a 78,1% do total das desempregadas.

As mulheres chefes de família representam mais de 45%, de acordo com o IPEA, da população brasileira e embora tenham acesso ao auxílio emergencial, ainda é insuficiente.

Começamos, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), a debater o orçamento do estado. Por que o orçamento é um assunto fundamental às mulheres? Porque é pelo orçamento que podemos destinar verbas para políticas públicas específicas para as nossas vidas. O Orçamento Participativo é uma conquista da população brasileira e nós, mulheres, precisamos ter centralidade nessa discussão, que não deve ser exclusiva aos gabinetes de gestores, mas, principalmente, diálogo com a realidade da maioria da população. É o nosso fazer política a partir da nossa vivência que qualifica a política pública.

O governo do Estado encaminhou um Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) que não menciona a destinação de verbas específicas para as políticas para as mulheres em seus eixos principais, ou seja, ZERO. Estar fora do orçamento significa falta de políticas públicas como redes de proteção às mulheres vítimas de violências, falta de exames específicos na rede estadual de saúde, por exemplo.

A chegada de mulheres negras aos espaços de poder é uma transformação ética e estética. Estética porque chegamos com nossos corpos. Ética porque chegamos para dizer que nós, mulheres negras,

atuamos na lógica da distribuição, e não da concentração. Esta cartilha tem o objetivo de compartilhar informações de modo a instrumentalizar as mulheres e os movimentos sociais para influenciarem no orçamento.

“Orçamento é coisa de mulher” é a primeira iniciativa popular e participativa do projeto “NÃO FARÃO POLÍTICA SEM NÓS”, num exercício de democratizar os espaços da política institucional e inserir as demandas das mulheres. E fazer política com nossos corpos significa propor outra forma, outra linguagem e uma comunicação popular com a sociedade sobre as etapas que constituem o Orçamento.

Orçamento é sobre nossas vidas e vamos nos apropriar dele!



*Deputada Estadual (PSOL-RJ), pastora, cientista social, feminista e cria do Borel. Primeira mulher negra a presidir Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social da Alerj e Vice Presidenta da Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião, e Procedência Nacional da Alerj.

O MODELO DE ORÇAMENTO UTILIZADO NO BRASIL É FORMADO POR TRÊS ETAPAS

Essas etapas constituem basicamente três documentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A segunda parte do orçamento, a LDO, é onde são definidas as áreas específicas em que o governo deve investir dinheiro público. Este ano não foi indicado nenhum recurso à política para as mulheres. Por isso, não entender como funciona o orçamento público e não conversarmos sobre ele significa, por exemplo, não garantirmos redes de proteção às mulheres vítimas de violências.

VOCÊ SABIA?

0

**ZERO REAIS
PARA POLÍTICAS
PARA MULHERES**

**PARA COMPRA DE
ARMAS, MUNIÇÃO E
FINANCIAMENTO DE
OPERAÇÃO POLICIAL**

12bi

PLANO PLURIANUAL (PPA)

Esse é o documento que traz os objetivos a médio prazo da administração pública. Ele vale por quatro anos. Portanto, deve ser feito cuidadosamente, apontando diretrizes para os próximos quatro anos, independentemente do governador eleito. É uma ação de Estado, e não dos governos. No Plano, podem ser definidos elementos que incluem políticas de grande porte, como: ampliação e melhoria do sistema de trens, criação de estradas ou de um estádio de futebol, coisas que são mais complexas de construir e precisam de um tempo maior.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

A LDO é elaborada anualmente e tem como finalidade apontar as prioridades do governo para o ano seguinte. Neste documento, não há indicação de valores, e sim em quais áreas haverá investimento de verba pública. Ela orienta a elaboração da LOA. Também podemos criar áreas de investimento. A nossa mandata quilombo, por exemplo, criou diversas emendas e aprovou propostas vindas do Fórum Estadual de Mulheres Negras

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

Como já mencionamos, é o documento que garante a aplicação do orçamento propriamente dito, com a quantidade de dinheiro determinada. É dividida por temas, como saúde, educação e transporte. Prevê também quanto o governo deve arrecadar para que os gastos programados possam de fato ser executados.

COMO FUNCIONA NA PRÁTICA:

As(os) parlamentares podem apresentar emendas ao orçamento. Não é possível que seja aplicado dinheiro direto em um projeto específico, mas em áreas específicas das políticas públicas. Ou seja, o dinheiro vai para uma secretaria, por exemplo, Secretaria de estado da saúde ou Secretaria de assistência social ou direitos humanos, e não para o projeto. Mas a mandata quilombo da deputada estadual Mônica Francisco pode intermediar a relação com as

secretarias para que o valor vá para um projeto específico, mas não há garantia, porque depende de vontade política. Logo, a pressão popular se faz necessária.

Podemos, e devemos, construir uma luta política para que a verba chegue para aquele projeto que será bom para seu bairro ou cidade. É importante lembrar que o dinheiro seria aplicado apenas para o exercício do ano que vem.

POSSO PROPOR UMA EMENDA PARA O MEU MUNICÍPIO?

Na LDO, não podemos definir uma emenda a uma região/município de impacto, apenas em todo o território fluminense.

Já na LOA, é possível amarrar uma emenda a uma região administrativa específica (Metropolitana, Norte Fluminense, etc). Em ambas as leis, nós só conseguimos sinalizar a importância de um município x ou y na justificativa desta emenda.

POSSO PROPOR UMA EMENDA PARA UMA POLÍTICA ESPECÍFICA?

Só a pressão popular nos dá essa possibilidade! Devemos estimular a proposição de emendas para as políticas já existentes.

PODEMOS PROPOR AÇÕES, SEMINÁRIOS E CAMPANHAS NO ORÇAMENTO?

Dentro do campo de ações da LDO, podemos criar todo tipo de prioridade. Veja alguns exemplos de prioridades que estão incluídas no PLDO 2022:

- a)** Campanha de promoção direitos da pessoa com deficiência;
- b)** Cartilha;
- c)** Seminário;
- d)** Oficina de capacitação;
- e)** Campanha de educação alimentar;
- f)** Capacitação de agente público;
- g)** Organização da agricultura familiar inserida no mercado institucional;
- h)** Feira agroecológica;
- i)** Coordenação de campanhas de imunização.

QUAL A DIFERENÇA ENTRE RECEITAS E DESPESAS?

A receita do governo, também chamada de receita fiscal, é todo o dinheiro arrecadado pelo estado a partir de impostos, serviços etc. (ICMS, FECP, IPVA e ITD). Já a despesa pública é tudo aquilo que o governo gasta, seja em políticas públicas, folha de pagamento dos servidores, investimento, etc.

O QUE SÃO DÉFICIT E SUPERÁVIT?

Déficit orçamentário é quando um governo gasta aquilo que não pode. Além da sua capacidade criando uma dívida. Superávit é igual a você pagar todas as contas e ainda sobrar um dinheirinho para colocar na poupança.

O QUE É O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL (RRF)?

É um acordo (previsto na LC 159/17 e renovado pela LC 178/21) entre os estados e a União, com impacto nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para suspender a possibilidade do estado de tomar novos empréstimos, sob a justificativa de ajustar acerto de contas. Isto é, o Estado passa a entrar numa política de austeridade fiscal (arrocho) entregue à gestão de Paulo Guedes, e o único "benefício" é a suspensão do pagamento da dívida do Estado com a União. Entretanto, juros e correções permanecem incidindo sobre a dívida.

O que essa política de austeridade exige de contrapartida do Estado do RJ, durante os **nove anos** de regência desta lei?

- a)** Privatização do patrimônio público fluminense (como a Cedae) e outros serviços públicos;
- b)** Congelamento dos salários;
- c)** Reforma da previdência dos servidores e congelamento de suas carreiras;
- d)** Fim dos concursos públicos;
- e)** Estabelecimento de uma espécie de teto de gastos, limitando o crescimento das despesas em Saúde, Educação, etc.
- f)** Fim das despesas de capital, isto é, gastos para a melhoria da infraestrutura urbana e rural do território fluminense.

Veja a lista de proposições da mandata quilombo Deputada Estadual Mônica Francisco:

- Distribuição de absorventes;
- Auxílio emergencial para mulheres vítimas de violência;
- Núcleo de atendimento 24h às mulheres vítimas de violência;
- Transporte público gratuito para mulheres vítimas de violência doméstica em municípios que não têm Instituto Médico Legal;
- Política estadual de incentivo aos Slams em escolas e prisões;
- Campanha sobre doenças ocupacionais no serviço doméstico;
- Incentivo à Política de Promoção ao Desenvolvimento Local de Cooperativas;
- Auxílio emergencial para trabalhadores da economia solidária;
- Programa de incentivo às hortas comunitárias nas favelas e aos quintais de produção agroecológica;
- Central de disque-denúncia de violações policiais em operações;
- Implementação de núcleo de saúde mental para a população LGBTQIA+;
- Câmera de monitoramento nos uniformes, nas viaturas e aeronaves da Polícia Militar;
- Distribuição de cesta básica em municípios com menor IDH.



ORÇAMENTO É
COISA DE MULHER!
NÃO FARÃO POLÍTICA
SEM NÓS

Precisamos de cada uma e cada um de nós para
construirmos uma mobilização social capaz de disputar
um orçamento feito pelo e para o povo.

PARTICIPE!

Sugestões e contribuições:
generomandataquilombo@gmail.com



(21) 99574-8490



@monicasfrancisco



@MonicaFPsol



@monicafranciscopsol



monicafrancisco.com.br

ORÇAMENTO É COISA DE MULHER!

Tivemos duas noites históricas, uma no dia 18 de maio e a outra 18 de junho de 2021, com mais de 120 mulheres participando de duas plenárias da Mandata Quilombo Mônica Francisco sobre o orçamento do Estado. Nossas equipes de gênero e da Comissão do Trabalho apresentaram as etapas do Orçamento, tiraram dúvidas e acolheram as propostas. As sugestões que surgiram nas plenárias entraram nas propostas de emendas encaminhadas pela mandata à LDO, ao todo foram 46 emendas, e todas foram aprovadas! Para mudarmos a nossa realidade cotidiana precisamos fazer a disputa política e isso inclui a participação coletiva na construção de propostas para o orçamento do estado. Não farão política sem nós!!

NÃO
FARÃO
POLÍTICA
SEM
NÓS!

